



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 92/2019/SUPEL-ASSEJUR

PROCESSO: 0036. 011818/2018-88

PROCEDÊNCIA: SESAU

ASSUNTO: ANÁLISE DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 490/2018/SIGMA/SUPEL/RO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de higienização e limpeza hospitalar, laboratorial e ambulatorial - higienização, conservação, desinfecção de superfícies e mobiliários e recolhimento dos resíduos grupos "D", para atender o Centro de Diálise de Ariquemes - CDA, de forma contínua, de acordo com as normas legais vigentes, pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - ME; VALESKA ALINE MARIA PEREIRA - EPP;

RECORRIDA: CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME;

I. INTRODUÇÃO

1. Tratam-se de recursos administrativos interpostos tempestivamente pelas recorrentes **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - ME** (4433325) e **VALESKA ALINE MARIA PEREIRA EPP** (4433287), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.

2. As recorrentes apresentaram os seguintes fatos para fundamentar seu recurso:

" OBJETIVO – Sra. Pregoeira, com fulcro no item 9.3.1, a planilha apresentada pela licitante, matematicamente encontra-se inviável, inexequível o qual demonstraremos na peça recursal administrativa; e com base no item 8.3 e 8.8 do edital, foram apresentados documentos em sua habilitação que foram emitidos sem anuência da administração pública e apresentados sem comprovação que o emitente tinha poderes para emitir tais documentos, e que não condizem com a realidade, o qual também demonstraremos em nossa peça."

" VALESKA – Intenção de recurso contra a decisão que habilitou a empresa CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA, pois os atestados de capacidade técnica apresentados estão incompatíveis com a letra a.1 do subitem 10.6 do Edital, onde se exige que o atestado seja de limpeza hospitalar. Nenhum dos atestados possuem área médica (solicita diligência). Deixou de apresentar a letra c.1 do subitem 10.6. Declaração do Responsável técnico e o mesmo deve ser o CRQ e não CREA, considerando os serviços, objeto do edital ."

3. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.

4. Abrigam os autos o **Pregão Eletrônico nº 490/2018/SUPEL/RO.**

II. ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade,

conforme comprovam os documentos acostados aos autos; Foram apresentadas contrarrazões aos autos pela recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** (4433363);

III. DO RECURSO DA LICITANTE OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - ME

6. A recorrente apresenta inconformismo com a decisão que classificou a recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para o certame.

7. Aduz que a planilha apresentada pela licitante seria inexecutável.

8. Alega que a recorrida apresentou documento de habilitação incompatível com as exigência descrita no edital, sendo este a comprovação do registro da empresa ou de seus responsáveis técnicos junto ao conselho de classe, aponta que a empresa apresentou a comprovação de seu registro vencido.

9. Assevera ainda que, com base no item 8.3 e 8.8 do edital, foram apresentados documentos em sua documentação de habilitação (atestado de capacidade técnica) que foram emitidos sem anuência da administração pública e apresentados sem comprovação que o emitente tinha poderes para emitir tais documentos, e que não condizem com a realidade, uma vez que aponta ser a empresa **KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI** conforme consta na página de transparência da Prefeitura de Porto Velho.

10. Pugna a recorrente pelo conhecimento e procedência do seu recurso, e que seja reformada a decisão para desclassificar a proposta e inhabilitar a recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para o certame.

IV. DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA LICITANTE CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME

11. Defende que a sua planilha de proposta fora devidamente analisada, reajustada e aceita corretamente.

12. Aponta que em simples consulta ao *comprasnet*, pode-se observar que o documento enviado da certidão de registro apresenta validade até 31/01/2019.

13. Aduz que a empresa detém todos os documentos necessários para comprovar o atestado apresentado bem como que poderá a qualquer momento diligenciar as informações fornecidas pelo contrarrazoante.

14. Pugna a recorrida pela improcedência do recurso, e que seja mantida a decisão de classificação da proposta e habilitação da recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para o certame.

V. DO RECURSO DA LICITANTE VALESKA ALINE MARIA PEREIRA EPP

15. A recorrente apresenta inconformismo com a decisão que habilitou a recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para o certame.

16. Aduz que os atestados de capacidade técnica apresentados estão incompatíveis com as exigências contidas no edital, onde se exige que o atestado seja de limpeza hospitalar, bem como que deixou de apresentar a declaração do responsável técnico devendo o registro ser no CRQ e não CREA, considerando os serviços a serem licitados.

17. Pugna a recorrente pelo conhecimento e procedência do seu recurso, e que seja reformada a decisão para inhabilitar a recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para o certame.

VI. DECISÃO DA PREGOEIRA

18. Compulsando os autos, a pregoeira julgou:

- **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - ME**, mantendo classificada a proposta e habilitada a recorrida **CARLOS ANDRÉ**

MATIAS COSTA - ME para o certame.

- **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **VALESKA ALINE MARIA PEREIRA EPP**, mantendo habilitada a recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para o certame.

VII. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

19. Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

20. Inicialmente, insurge a recorrente **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS ME** contra decisão que classificou a proposta e habilitou a recorrida para o certame.

21. Aponta que a proposta apresentada pela recorrida seria inexequível.

22. A recorrida apresentou sua proposta conforme consta no anexo (3972138), tendo sido enviado para análise da equipe técnica que se pronunciou pela necessidade de ajustes (4130432).

23. Posteriormente fora informado para recorrente realizar os ajustes necessários, e novamente remetido para análise técnica no qual obteve-se a resposta de que a planilha estava de acordo com as especificações contidas no edital (4269590).

24. A empresa recorrida declarou para os fins do certame, que tem capacidade de cumprir com as obrigações de cumprimento, não havendo motivos para sua desclassificação.

25. Logo, não merecer prosperar o argumento levantado pela recorrente para desclassificar a proposta da recorrida para o certame.

26. Em seguida argumenta a recorrente que a recorrida teria enviado documentação de habilitação vencida, sendo este o comprovante de registro ou inscrição da empresa junto ao conselho de classe e a comprovação de responsável técnico, contido no item 10.6 no subitem "c.1" do edital.

27. Conforme se observa do sistema *comprasnet*, a recorrida apresentou a certidão de registro com validade ate 31/03/2019, logo, válida quando do momento de sua solicitação no dia 10/01/2019 às 11:05 (4300204).

28. Ainda no recurso interposto pela recorrente, aduz-se que o atestado de capacidade técnica que foram emitidos sem anuência da administração pública e apresentados sem comprovação que o emitente tinha poderes para emitir tais documentos, e que não condizem com a realidade, uma vez que aponta ser a empresa **KAPITAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI** conforme consta na página de transparência da Prefeitura de Porto Velho.

29. Aduz ainda que na documentação encaminhada não consta documentos que a pessoa do Sr. Claudio Bruno Avanzo Fonseca tenha poderes para emitir documentos em nome do Centro de Ensino São Lucas.

30. O edital prevê no item 10.6 (fl. 14/15 - 3906852) a necessidade da apresentação de atestado de capacidade técnica, in verbis:

10.6 RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação conforme delimitado abaixo:

a.1) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem os **serviços de limpeza hospitalar**.

a.2) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas no objeto deste termo, com pelo menos 30% (trinta por cento) do quantitativo previsto para limpeza de áreas hospitalares no Termo de Referência.

a.3) Entende-se por pertinente e compatível em **prazo** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com as especificações demandadas no objeto deste termo, pelo período mínimo de 30% (trinta por cento) da vigência proposta.

31. A recorrida apresentou atestado (fl. 37 - 4296946) emitido pela empresa Centro de Ensino São Lucas na qual declara a execução satisfatória da prestação de serviços de limpeza e conservação, empregando mão de obra qualificada e exclusiva, como fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, incluindo área interna e externa da unidade de Saúde Oswaldo Piana em uma área total de 4.563,50 m² pelo período de fevereiro/2015 a junho de 2018, e atestado (fl. 38 - 4296946) emitido pelo Ministério Público do Estado de Rondônia comprovando a execução da prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de bens nas promotorias de justiça do interior do Estado de Rondônia.

32. Em sede de diligência, obteve-se as notas fiscais da execução do serviço na qual a recorrida apresentou declaração do Centro de Ensino São Lucas que comprova que o Sr. Claudio Bruno Avanzo Fonseca pertence ao quadro de funcionários da empresa (fl. 03 - 4450602), o contrato particular de prestação de serviço de limpeza (fl. 04/06 - 4450602) e as notas fiscais da execução do serviço (fl. 07/13 - 4450602) de dez/2017 a dez/2018 e o Convênio realizado entre a Prefeitura de Porto Velho e o Centro de Ensino São Lucas (fl. 03/12 - 4481605) e declaração da Prefeitura de Porto Velho declarando que a recorrida presta os serviços de limpeza descritos no atestado (fl. 13 - 4481605).

33. Quanto a comprovação da quantidade a ser executada, cumpre apontar que, de acordo com o edital (fl. 65/66 - 3906852), o quadro estimativo de preço estabelece a quantidade por m² executado, o edital prevê o total de execução de 5.255,02 m², portanto, a recorrente deve comprovar a execução de 1.576,50m² de acordo com o subitem a.2, o atestado contempla a execução pela recorrida de 4.563,50 m².

33. Portanto, a recorrente atendeu quanto a característica, quantidade e prazos na comprovação de capacidade técnica.

34. Já a recorrente **VALESKA ALINE MARIA PEREIRA EPP** apresenta inconformismo com a habilitação da recorrida para o certame.

35. Alegando que os atestado de capacidade da recorrida se apresentam incompatíveis com as exigências editalícias, uma vez que no item a.1 deixa claro que a compatibilidade deve ser para serviço de limpeza hospitalar.

36. As notas fiscais apresentadas pela recorrida demonstram que os serviços prestados foram para serviço de limpeza e conservação da Unidade de Saúde Oswaldo Piana, logo, atendendo as especificações contidas no edital.

37. Mais adiante alega a recorrente que a recorrida deixou de apresentar o item 10.6 subitem "c.1" - a declaração do responsável técnico no qual o mesmo alega dever ser registrado no CRQ e não do CREA.

38. O edital prevê no item 10.6 (fl. 15 -3906852), subitem "b", in verbis:

b) Comprovação de registro ou inscrição da empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao respectivo Conselho de Classe.

39. A recorrida apresentou em sua documentação de habilitação a Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica (fl. 39 - 4296946) apresentando registro junto ao CREA-RO, bem como o registro de Engenheiro Sanitarista e Ambiental.

40. Não obstante, os autos foram remetidos para análise técnica da Pasta Gestora (4463743), no qual manifestou-se pelo atendimento das exigências editalícias.

41. Portanto, não se vislumbram motivos que ensejem a reforma da decisão da pregoeira para haver a desclassificação da proposta e inabilitação da recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para o certame.

VIII. CONCLUSÃO

42. Ante o exposto, opino pelo conhecimento do recurso e pela **manutenção** da decisão da pregoeira julgando da seguinte forma:

- **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **OBJETIVO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS - ME**, mantendo classificada a proposta de preços e habilitação da recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para os itens do certame.
- **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **VALESKA ALINE MARIA PEREIRA EPP**, mantendo habilitada a recorrida **CARLOS ANDRÉ MATIAS COSTA - ME** para os itens do certame.

43. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

44. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

45. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho - RO, 11 de fevereiro de 2019.

Jennyfer de Lima Barros Lichevski

Matrícula 300143084

Elida Passos de Almeida

Chefe da Assessoria de Análise Técnica
em Substituição

Lauro Lúcio Lacerda

Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 12/02/2019, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 15/02/2019, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jennyfer de Lima Barros Lichevski, Assessor(a)**, em 20/02/2019, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elida Passos de Almeida França, Chefe de Unidade**, em 20/02/2019, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4625657** e o código CRC **6E192318**.



Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0036.011818/2018-88

SEI nº 4625657